

A VALE É NOSSA!

Gabriel Strautman*

Este número do Informativo PACS é inteiramente dedicado a temas que serão debatidos em todo o País ao longo da realização de mais um plebiscito popular. Após os plebiscitos sobre a Dívida (2000) e sobre a Alca (2002), a terceira edição da campanha traz como tema central a questão da privatização da Companhia Vale do Rio Doce. A escolha do tema é estratégica: após uma década desde a realização do leilão que retirou do Estado o controle sobre a Vale, 107 ações populares estão sendo julgadas. Elas demandam a declaração de nulidade desse processo de privatização, em função da existência de graves e grosseiras irregularidades. Contudo, a lógica deficiente do sistema de leis brasileiro, favorável sempre aos abastados, dá sinais de que não se reconhecerá o mérito de tais ações se não houver uma grande mobilização da população em torno deste debate. E, na verdade, ele não se encerra com a questão da Vale.

A fim de permitir um debate amplo, que revele os vários desdobramentos e efeitos colaterais de um modelo de (sub)desenvolvimento que nos é imposto “goela abaixo”, e que também favoreça a composição da ampla mobilização popular que se oponha a essa forma perversa de dominação político-econômica, o Plebiscito abordará outros três temas, a saber: o pagamento dos juros da dívida às custas do investimento público, as altas tarifas de energia elétrica e a reforma da previdência social que pretende retirar direitos das trabalhadoras e trabalhadores. Através deste informativo, o PACS espera contribuir para a Campanha, abordando algumas questões sobre as quais já possui maior acúmulo de discussão.

Assim, nas páginas seguintes você encontrará valiosos registros de posicionamentos críticos, essenciais para o exercício consciente da cidadania no Plebiscito. Encontrará, por exemplo, a partir do artigo do jornalista paraense Lúcio Flávio Pinto, um questionamento sobre quem está se beneficiando e quem está perdendo com a privatização da Vale do Rio Doce a partir dos registros sobre os impactos

ambientais decorrentes da privatização da Companhia, e da busca desenfreada pelo lucro fácil com a exploração dos nossos recursos naturais. O artigo da equipe da Auditoria Cidadã trata sobre os mecanismos financeiros ilegítimos que são utilizados para dar aparência de legalidade e de modernidade a este saqueio a que nossos povos do Sul estão sendo submetidos ao longo dos últimos anos. Em meu artigo, resgato a maneira grosseira e desrespeitosa com a qual foi

realizada a privatização da Vale em um trabalho escrito a partir de uma conversa com o advogado Eloá dos Santos Cruz, defensor de ações populares sobre o caso. Porém, tomando cuidado para não deixar morrer a esperança, apresentamos um artigo em que o Secretário do Grito dos Excluídos Continental, Luiz Bassegio, reconvoca à luta e ao aprendizado sobre essas questões através da mobilização em torno do plebiscito popular. ☺

Boa Leitura!

* Economista do PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul.



CVRD: GIGANTE COM PÉ DE BARRO

Lúcio Flávio Pinto*

A Companhia Vale do Rio Doce começou a comemorar em julho uma façanha que só se completará em outubro: a produção do primeiro bilhão de toneladas de minério de ferro na mina de Carajás, no Pará. A marca foi alcançada com menos de 23 anos de operação, graças a uma extração média anual de 45 milhões de toneladas. Se a mina tivesse funcionado durante esse período com a capacidade máxima de projeto, que era de 25 milhões de toneladas, o primeiro bilhão só seria alcançado em 40 anos, ou 2025.

São números espantosos. As jazidas de Carajás, com 18 bilhões de toneladas, podiam durar 800 anos se o máximo de produção que era previsto inicialmente se mantivesse. Na média do primeiro bilhão, o tempo de vida útil cairia pela metade, em valores redondos. No ritmo que a mina terá a partir de 2010, esse prazo baixará para 180 anos. Ou seja, mais 130 anos a partir do momento em que começar a produzir 130 milhões de toneladas a cada ano. Ou, na verdade, um tanto menos: seria preciso descontar desse total o minério já extraído. Talvez apenas mais um século. E a jazida do melhor minério de ferro existente na crosta terrestre terá acabado.

À euforia da CVRD, com tantas marcas históricas alcançadas e recordes quebrados ao longo de 10 anos como empresa privada, a indicar o acerto da sua privatização, corresponde a inquietação dos que questionam se têm motivos de fato para se incorporar a essa festa. A cada vez em que faz o balanço do exercício findo e apresenta seus planos para o ano em curso, a direção da Vale esgrime números grandiosos. Encerrado o foguetório verbal, porém, fica a sensação de que a participação do distinto público restringe-se ao comparecimento à festa - e só. Na hora de distribuir os dividendos, a reunião é em circuito fechado.


A CVRD, há seis anos sob o comando forte de Roger Agnelli, o mais impetuoso dos executivos brasileiros, está cada vez mais forte (embora razoavelmente endividada), mais (preocupantemente) internacionalizada e fica mais diversificada (com a Inco, a área de metais não-ferrosos já é responsável por 42% do faturamento). Mas e o Pará, que cede à empresa recursos naturais tão valiosos? Só para se ter



uma idéia da correlação entre Estado e empresa: um quarto do dinheiro que a Vale gastou nos últimos quatro anos em suas ferrovias e terminais portuários (o equivalente a dois bilhões de dólares) daria para concluir, com folga, o sistema de transposição do Tocantins, restabelecendo a navegabilidade do 25º maior rio do mundo, interrompida pela barragem da hidrelétrica de Tucuruí há 23 anos.

Mas a CVRD está sob o guarda-chuva leoninamente protetor da Lei Kandir, que a isenta do pagamento de imposto por exportar (que é quase só o que faz no Pará) produtos semi-elaborados. Seu efeito germinativo no Estado é desproporcionalmente pequeno diante do volume enorme de riquezas que ela movimenta no Pará. Gastará 2,5 bilhões de dólares nos próximos dois anos para elevar a produção de minério de ferro para 130 milhões de toneladas e colocá-la no porto. Como a atual ferrovia pode não dar conta de tanto volume, começou a especulação sobre sua intenção de construir um mineroduto, o maior do mundo, com quase 900 quilômetros de extensão.

A empresa está disposta a esticar sua imaginação e seu capital até o limite extremo para colocar mais minério paraense no mercado mundial, mas não move uma palha no sentido de transformar minério de ferro em aço. Não só agregaria mais valor ao produto como teria menos volume a transportar nos comboios, que terão sua capacidade atual aumentada de 220 para 320 vagões no próximo ano, constituindo o maior trem de minério do mundo. Quase um terço do minério transportado é estéril, descartado somente na siderurgia.

É certo que com uma tonelada de ferro se aproximando de 90 dólares, aritmeticamente falando é mais atraente vender minério. Mas por quanto tempo? Em que nível de dependência de dois clientes, China e Japão, responsáveis pela compra de mais da metade da produção de Carajás, principalmente da China? E - o que nos toca mais de perto - por que privar o Pará de usufruir essa fase de vacas gordas? Por isso um governador já declarou que, em matéria de ICMS, a poderosa CVRD vale menos do que uma quitanda. 

* Jornalista paraense, editor do Jornal Pessoal.

A direção da Vale esgrime números grandiosos. Na hora de distribuir os dividendos, a reunião é em circuito fechado.

Isso não vale!

Gabriel Strautman*

*Em entrevista à equipe do PACS, o advogado **Eloá dos Santos Cruz** desconstrói o discurso oficial utilizado para enganar a população na época do leilão da Vale, e revela algumas das estratégias utilizadas para encobrir as manobras que garantiram o favorecimento aos principais grupos econômicos interessados na estatal.*

Após uma década desde a privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), tudo leva a crer que já não há razão para debatermos essa triste passagem da história recente do nosso País. Pelo menos é o que sugere a publicidade estampada nos principais meios de comunicação nacionais, que não se cansam de repetir os informes sobre sucessivos

“O aumento de lucratividade, resultado de décadas de administração competente sob regime estatal, será mentirosamente atribuído à privatização”

registros de produtividade e de lucratividade batidos pela gigante da mineração, tentando nos convencer de que a sua privatização foi um verdadeiro sucesso. No entanto, acreditem, ainda há quem prefira romper a barreira do conformismo e divergir deste senso comum que se formou ao redor das políticas econômicas liberais, mantendo aceso um debate que questiona não apenas o processo que retirou das mãos do Estado o controle acionário da Vale, mas todo o modelo de desenvolvimento do qual ele é símbolo.

Alguns desses cidadãos contestam o processo de privatização da CVRD através de ações populares, questionando na justiça uma série de dúvidas, que projetam sobre este caso específico uma tenebrosa sombra de ilegalidade. O Advogado Eloá dos Santos Cruz, ex-funcionário da Vale, representa os interesses de alguns desses homens e mulheres inconformados que exigem a declaração de nulidade do leilão de privatização e o retorno imediato do controle da empresa para as mãos do Estado. Durante uma conversa com a equipe do PACS realizada no último mês de maio, em razão do décimo aniversário da privatização da Vale, Dr. Eloá nos falou a respeito das principais questões levantadas pelas ações populares que representa.

A fala do advogado revela dois eixos em torno dos quais se concentram os questionamentos que sustentam as ações populares. O primeiro incide sobre o discurso oficial utilizado na época do leilão da Vale para justificar a necessidade da privatização da empresa. A idéia vendida na ocasião era de que a privatização da CVRD traria benefícios tanto para o Estado que, livre da obrigação de realizar grandes investimentos no capital da empresa, encontraria melhores condições para equilibrar suas finanças, quanto para a própria Vale que, ao se transformar em uma instituição privada, poderia então operar de maneira mais eficiente e competitiva.

O Dr. Eloá inicia a desconstrução desse discurso lembrando que, do ponto de vista da sua lógica operacional, a Vale, assim como todas as empresas públicas que se dedicam à exploração de atividades econômicas, era uma empresa de capital misto com controle estatal e que as instituições dessa natureza são regidas pelo mesmo sistema jurídico das empresas privadas em matéria tributária e trabalhista. Logo, em sua primeira tese, o Dr. Eloá argumenta que a Vale nunca precisou da privatização para funcionar com maior flexibilidade e eficiência, na medida em que ela sempre operou, desde a sua origem, com o mesmo marco das empresas privadas. O que aconteceu a partir da privatização da Companhia foi a sua desestatização, ou seja, a Vale saiu das mãos do Estado e foi para as mãos do capital privado, sobretudo estrangeiro, enquanto que os seus lucros, estes sim, foram privatizados.

O advogado reforça essa idéia ao recorrer a uma matéria publicada pelo Diário do Pará em 23.02.1997, portanto, em uma data anterior à realização do leilão, e que já afirmava que “o aumento de lucratividade, resultado de décadas de administração competente sob regime estatal, será mentirosamente atribuído à privatização”. Isso significa que as condições para a melhora nos indicadores de desempenho da CVRD observadas ao longo da última década, tão alardeadas pela publicidade da Companhia, já existiam antes mesmo da realização do leilão. Ainda segundo a matéria, teriam sido dois os principais fatores que contribuíram para isso: em primeiro lugar, a quitação das dívidas contraídas para alavancar a exploração de Carajás e, em segundo, a abertura de grandes e lucrativas minas de ouro.

Dessa forma, conclui o Dr. Eloá, o ano de 1997 talvez tenha sido o pior ano para a venda da CVRD, pois, segundo as suas próprias palavras, “qualquer um, nessas condições extraordinárias, precisaria ser excepcionalmente ruim para conseguir levar a empresa a um prejuízo”. O advogado e ex-funcionário da Vale vai além e argumenta que, desde o momento da concepção da empresa em 1942, e considerando que ela começou a dar resultados a partir de 1954, somente em dois anos a Vale deu prejuízo aos cofres públicos. Em



todos os outros anos ela deu lucro. Logo, é uma falácia a afirmação de que a Vale era prejudicial às contas públicas e ao País. Aliás, os fatos sugerem exatamente o contrário, na medida em que *o bom desempenho da empresa fazia com que anualmente a União recorresse a ela para pedir o adiantamento de dividendos que lhe cabiam. Em outras palavras, a Vale financiava o Estado.*



O segundo eixo revelado pelo Dr. Eloá tem o foco voltado para a sombra de irregularidades que marca a história da realização do leilão da Companhia Vale do Rio Doce. O protagonismo aqui cabe ao Bradesco, hoje um dos principais acionistas da empresa, que foi também uma das instituições responsáveis pela determinação do seu preço de venda, o que configura uma grave ilegalidade.

Coube ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a execução do Plano Nacional de Desestatização (PND),

verdadeira operação de desmonte do Estado colocada em prática a partir do início dos anos 1990, ainda no governo Collor, mas que continuou durante os dois mandados de FHC. No caso específico da privatização da Vale, o BNDES deveria ter se encarregado tanto da avaliação da empresa quanto da organização dos procedimentos burocráticos que permitiriam a sua venda. No entanto, dada a complexidade de se quantificar e avaliar toda a estrutura da Companhia, sobretudo os recursos naturais por ela explorados, o banco resolveu terceirizar essa função, delegando-a a uma comissão escolhida por meio de uma concorrência pública.

A comissão avaliadora, composta, entre outras instituições, pelo Bradesco e pela Merrill Lynch, não se limitou, entretanto, apenas à realização dessa parte técnica, como também se encarregou da elaboração do edital de venda da Vale. Ou seja, coube a uma junta composta por instituições privadas, diretamente ligadas aos interesses do mercado, determinar as condições para a realização da venda da CVRD. O advogado vai além ao enfatizar que a participação dessas instituições na comissão avaliadora representaria, segundo a lei que regulamenta as licitações no Brasil, um impedimento para que elas tomassem parte na arrematação da Vale. No entanto, existem fortes indícios que sugerem o envolvimento, mesmo que indireto, dessas duas instituições na compra da Vale, o que explica porque elas são os principais alvos das ações populares.

O advogado questiona por exemplo a relação da consultora americana Merrill Lynch com o Grupo Anglo American, uma das instituições integrantes do consórcio que venceu o leilão. Esse fato, amplamente noticiado pela imprensa antes mesmo da realização do leilão da CVRD, configura uma grave irregularidade na medida em que, como já foi dito, a Merrill Lynch integrou a comissão de avaliação que organizou o leilão. Essa estreita relação está ilustrada no texto da ação popular defendida pelo Dr. Eloá, publicada

no Diário Oficial em 18.04.1997, na referência a um artigo publicado pelo Jornal do Brasil em 31.01.1997 que anunciava “a formação de um consórcio entre companhias mineradoras estrangeiras para a aquisição de parte da Vale, no valor de US\$3 bilhões visando a contornar a restrição que lhes seria feita no edital do leilão, mediante representação desse consórcio pela MINORCO (empresa com sede em Luxemburgo e representante dos ativos não-africanos do Grupo Anglo American) credenciada para o consórcio por aparentemente não possuir nenhuma mina de ferro”. Ou seja, meses antes da realização do leilão e até mesmo da publicação do edital de venda, o valor pelo qual as ações do governo na CVRD viriam a ser vendidas meses mais tarde, bem como as restrições para a participação no leilão, já eram conhecidos. Isto, segundo o Dr. Eloá, já seria o suficiente para invalidar o processo.

A história do Bradesco é ainda mais grave. Com a autorização do BNDES, o banco brasileiro realizou um financiamento a duas empresas montadas nos Estados Unidos para participarem do leilão da CVRD. Assim, os fundos Sweet River e Eletron receberam empréstimos na forma de debêntures conversíveis, ou seja, que poderiam ser convertidas em ações em caso de não pagamento do empréstimo, o que, de fato, acabaria acontecendo mais tarde. Foi dessa maneira, através de uma operação financeira supostamente legal, que, segundo o Dr. Eloá, se cometeu um delito na medida em que o Bradesco, uma das instituições que participaram da avaliação da Vale, se tornou também uma das suas donas.

A gravidade desses fatos não está sendo negligenciada pela justiça, que vem acolhendo e reconhecendo o mérito das questões defendidas pelo Dr. Eloá através das ações populares. No entanto, a leitura não apenas do advogado, mas dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, é que a justiça no caso da Vale depende não apenas da veracidade dos fatos e da capacidade do Dr. Eloá em defendê-las, mas, sobretudo, da retomada desse debate pela opinião pública e da mobilização popular. É exatamente essa a oportunidade que nos está sendo oferecida através da realização do plebiscito popular sobre a anulação do leilão da Companhia Vale do Rio Doce. *De 01 a 07 de setembro de 2007, durante a semana da pátria, todos os brasileiros serão chamados a opinar sobre a questão da Vale e outros três temas (a saber: pagamento da dívida externa e interna, tarifas de energia elétrica e reforma da previdência).* Mais informações no site www.avaleenossa.org.br.



Fotos: Márcia Danielli

*Economista do PACS.

A Dívida e as Privatizações

Marcos Arruda*

Maria Lucia Fattorelli Carneiro**

Rodrigo Vieira de Ávila***

As privatizações no Brasil e na maioria dos países do Terceiro Mundo foram implementadas sob o cabresto da dívida pública, por meio de projeto concebido pelas Instituições Financeiras Multilaterais, a serviço dos governos dos países ricos, e realizado por governos serviçais em benefício das grandes empresas e bancos transnacionais. Cartas de Intenções assinadas pelo governo brasileiro e o FMI demonstram como as privatizações foram impostas ao Brasil, que - como muitos outros países - embarcou na armadilha do endividamento “fácil” nos anos 70 e enfrentou grave crise da dívida nos anos 80. Nesse momento, o FMI oferece “socorro” em troca da imposição de agenda econômica baseada nas “regras de bom comportamento para o crescimento econômico”, o que se convencionou chamar de “Consenso de Washington”, destacando-se abertura comercial, privatizações, altas taxas de juros internas, que aprofundaram a dependência financeira e comercial e deram início a um novo ciclo de endividamento a partir de 1990, fazendo explodir também a dívida interna em nossos países.

O atual modelo econômico se baseia na prioridade máxima ao pagamento de juros da dívida, via aumento da carga tributária e cortes de gastos e investimentos públicos, sacrificando a sociedade. A qualquer ensaio de mudança, o “mercado” chantageia, através de instrumentos como o “risco-país” e a fuga de capitais. Assim, a dívida é o pano de fundo dos principais problemas socioeconômicos nacionais. O volume do endividamento é assustador, e o ritmo de crescimento da dívida é cada vez mais acelerado. Há recordes de arrecadação, com tributação injusta, e não há recursos para investimentos sociais efetivos. A injustiça social e ambiental, a concentração de renda e o desemprego se aprofundam, como subprodutos das reformas de cunho neoliberal: o atrofiamiento do papel social do Estado, as privatizações e a liberalização comercial e financeira. O modelo agro-mínero-exportador - para se obter as divisas para o pagamento da dívida externa - impede a necessária reforma agrária, enquanto o parque produtivo vai sendo desnacionalizado, o Estado vai se enfraquecendo e a soberania vai sendo sempre mais ameaçada.

E quem ganha com essa política? Os banqueiros. Durante o governo Lula, eles bateram recordes de lucros. Em 2006, eles lucraram R\$ 42 bilhões, mais que todos os recursos gastos no mesmo período com saúde e reforma agrária pelo Governo Federal.

Este processo tem se aprofundado nos últimos meses. Apenas de janeiro a abril de 2007, o BC (Banco Central) comprou US\$ 34 bilhões, o equivalente às compras de todo o ano de 2006, acentuando o crescimento da dívida interna. Como o dólar não pára de cair (uma vez que os investidores estrangeiros inundam o País com dólares em busca dos juros mais altos do mundo), estas operações de compra de dólar geram imenso prejuízo ao BC e benefício aos investidores e bancos privados, que estão na outra ponta da operação, vendendo a moeda estrangeira. Agravando esta situação, no ano passado o governo concedeu isenção de Imposto de Renda

aos investidores estrangeiros, provocando mais afluxo de dólar ao País. Ou seja: de um lado, o governo estimula a entrada maciça de dólares no País, e de outro o BC mantém alta a taxa de juros e não pára de comprar dólares, ocasionando grande prejuízo aos cofres públicos.

Para se reverter este modelo insustentável de endividamento, a sociedade tem feito algumas propostas, negligenciadas pelo governo: Auditoria da Dívida; Reforma Tributária Justa; Controle dos Fluxos de Capitais e a revisão das privatizações são medidas cruciais para a mudança do modelo econômico. Algumas perguntas devem ser respondidas: de onde veio toda essa dívida pública? Quanto tomamos emprestado e quanto já pagamos? O que realmente devemos? Quem contraiu tantos empréstimos? Onde foram aplicados os recursos? Quem se beneficiou desse endividamento? Qual a responsabilidade dos credores e organismos internacionais nesse processo? Somente uma Auditoria poderia responder a essas questões, dentre tantas outras.

Diante disso, a Campanha Auditoria Cidadã da Dívida / Rede Jubileu Sul Brasil tem realizado diversos trabalhos, como o resgate histórico da dívida (estudos, resgate e análise dos documentos), o acompanhamento dos fatos atuais (como os Acordos com o FMI, Orçamento da União, resgate antecipado de dívidas, troca de dívida externa por interna, etc.), a compilação de Argumentos Jurídicos que embasam o não pagamento da dívida (Dívida Odiosa, Força Maior, *Rebus Sic Stantibus*), além da necessária articulação internacional, para trabalhar a auditoria como ferramenta política para o enfrentamento conjunto da problemática do endividamento.

A Campanha pela Auditoria Cidadã da Dívida realiza um esforço para popularização do tema, através de cartilhas e demais materiais. Ressaltamos a enorme responsabilidade das escolhas feitas pelos governantes e questionamos a adoção de medidas econômicas impostas pelo FMI, inversas às adotadas pelos países que comandam o próprio FMI. Buscamos aprofundar os estudos sobre o processo de endividamento por meio de documentos que comprovem a ilegitimidade desse processo, alertando quanto à sua conexão com propostas que visam aumentar a dependência, o colonialismo e o risco de anexação.

É um movimento sempre aberto, que convida a todos os cidadãos a participarem de grupos de estudos, conforme pode ser visto na página www.divida-auditoriacidada.org.br.

*Economista e educador do PACS, Rio de Janeiro e da Auditoria Cidadã da Dívida / Rede Jubileu Sul Brasil.

**Auditora Fiscal, Segunda Vice-Presidente do Unafisco Sindical, Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida / Rede Jubileu Sul Brasil.

***Economista da Auditoria Cidadã da Dívida / Rede Jubileu Sul Brasil.



Plebiscito e Mobilização Popular

Luiz Bassegio*

O conjunto de movimentos e pastorais sociais, juntamente com entidades comprometidas com as causas do povo, já organizaram dois plebiscitos populares: um sobre a dívida externa, no ano de 2000, e outro sobre a Alca, dois anos depois. Neste último, participaram na organização cerca de 140 mil militantes. Votaram mais de dez milhões de pessoas. Uma das características principais foi, sem dúvida, o fato de ser um processo pedagógico de participação popular. Podemos afirmar, portanto, que foi um processo popular, participativo, plural e um exercício de democracia e cidadania.

O plebiscito é popular porque é pensado e organizado por pessoas do povo: jovens, mulheres e homens trabalhadores e trabalhadoras, que participam na elaboração das perguntas, na aplicação das mesmas e na tabulação dos

Nosso grande objetivo é refletir e debater sobre o projeto de país que precisamos e queremos construir.

resultados. Além, é claro, do processo de formação e informação da população. É também plural porque nele se envolvem militantes, estudiosos, pessoas dos mais variados credos religiosos, crentes e não crentes. É ainda um exercício de cidadania e democracia, pois os que se envolvem têm consciência de sua importância e querem participar nos destinos da nação e decidir sobre os nossos bens, nosso patrimônio, nossa soberania, sobre o futuro do nosso País.

Na Semana da Pátria deste ano será realizado o terceiro plebiscito popular. Desta vez, sobre o leilão da Cia. Vale

do Rio Doce, tendo em vista a nulidade do mesmo. Pretendemos que a Vale, patrimônio do povo brasileiro, volte a ser do povo.

O Plebiscito vem para fortalecer todas as lutas populares do Brasil; para contribuir na conquista dos direitos. Para isso, está sendo realizado um amplo trabalho de formação popular, organizando comitês, elaborando subsídios,



promovendo encontros, e etc. Nosso grande objetivo é refletir e debater sobre o projeto de país que precisamos e queremos construir.

É importante haver a clareza de que não estamos apenas discutindo a nulidade do leilão da Vale, ou exigindo sua reestatização. O Plebiscito quer debater o papel do estado, a soberania nacional, a participação popular e o papel protagonista do povo brasileiro na construção de um Projeto Popular para o Brasil. O Estado deve, em primeiro lugar, defender e garantir a conquista do bem comum para todos e todas. Isto só é garantido se de fato o povo participa das decisões, principalmente quando se trata de opinar sobre o patrimônio nacional. Tudo isso faz parte do debate sobre o “Projeto do Brasil que Queremos”.

É fundamental que todos estejam envolvidos nos comitês e que seja colocado o maior número possível de urnas nas praças, igrejas, comunidades, clubes, escolas, ônibus e metrô, nos mais variados locais possíveis onde a população possa manifestar-se expressando sua vontade.

Todo o processo de debate e politização para preparar o Plebiscito culminará com a realização do 13º Grito dos Excluídos na Semana da Pátria. Em seguida, com a computação dos dados e a entrega dos resultados aos três poderes, em Brasília, no final do mês de setembro.

Temos certeza que somente a unidade dos diversos movimentos sociais poderá reverter o criminoso e fraudulento ato de entrega deste imenso patrimônio nacional ao capital estrangeiro.

* Secretário do Grito dos Excluídos Continental e do Serviço Pastoral dos Migrantes.

Projeto gráfico e diagramação: Rogério Nascimento

Impressão: Grafthaly

Tiragem: 2.500 exemplares

Distribuição: Gustavo Vaccihi e Leilane Brito
Sugestões, críticas ou pedidos de exemplares?

Fale conosco, teremos muito prazer em responder:

Av. Rio Branco, 277 - 16º andar - sala 1609
Centro • Rio de Janeiro • RJ • CEP 20.040-009

Tel/Fax: (21) 2210-2124

www.pacs.org.br - pacs@pacs.org.br - comunicacao@pacs.org.br

Utilidade Pública Federal - Port. nº 2.476, de 17/12/2003
- D.O.U. de 18/12/2003

Conselho Municipal de Assistência Social -
inscrição nº 620 - D.O.M. de 28/10/2003

PACS
20 anos

Publicação trimestral do Pacs – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

Equipe: Ana Cândida, Bruno Lopes, Eliane Macedo, Gabriel Strautman, Gustavo Vaccihi, Jussara Oliveira, Kátia Aguiar, Leilane Brito, Márcia Danielli, Maria Eduarda Quiroga, Marcos Arruda, Peter Gerhard, Robson Patrocínio, Rosana Lobato, Sandra Quintela, Terezinha Pimenta.

Estagiária: Leila Salles

Agente local (Zona Oeste): Rita de Cássia

Edição: Márcia Danielli 805-MTB/AL



CALENDÁRIO NACIONAL DA CAMPANHA PELO PLEBISCITO DA VALE

Agosto

– Encontro Estadual do Plebiscito, Grito dos Excluídos e da Assembléia Popular (preparando a reta final do Plebiscito e a organização da participação na Assembléia Popular Nacional de outubro).

- Jornada de trabalho de base da Campanha pela redução da tarifa de energia e os eixos unitários. Grande mutirão/organização de brigadas de trabalho de base de conscientização que percorrerão os bairros, escolas, comunidades e debater, articular, organizar o povo com panfletos e materiais sobre os temas unitários.

01 a 07 de setembro –Semana da Pátria e Plebiscito Nacional.

07 de setembro – Grito dos Excluídos.

14 a 21 de outubro – Jornada Global contra a Dívidas Externa, contra as transnacionais e em defesa da Soberania Alimentar.

16 de outubro – Jornada contra as transnacionais e pela soberania alimentar.

22 a 25 de outubro – Assembléia Popular Nacional em Brasília.

Calendário da Campanha no Rio de Janeiro

Reuniões semanais da coordenação da Campanha - às quartas-feiras, às 18h no SINTRASEF (Av. Treze de Maio, 13 - 10º andar – Centro).

18/Agosto - Reunião da coordenação ampliada (com mais um representante por comitê) às 10h. Local a confirmar.

25/Agosto - Plenária Estadual da Campanha (hora e local a serem combinados).

01 a 07/Setembro - Semana da Pátria e Plebiscito Nacional.

24/Setembro - Ato em frente a sede da Vale.

25/setembro - Entrega dos resultados do Plebiscito.

14 a 21 de outubro – Jornada Global contra a Dívidas Externa, contra as transnacionais e em defesa da Soberania Alimentar.

16 de outubro – Jornada contra as transnacionais e pela soberania alimentar.

22 a 25 de outubro – Assembléia Popular Nacional em Brasília.





Pacs e Zona Oeste

A missão continua...

Atendendo aos pedidos dos participantes da primeira edição do *Curso Orçamento, Dívidas e Instituições Financeiras Internacionais*, e da demanda de pessoas e grupos da Zona Oeste interessados em aprender mais sobre os temas, o Pacs firma mais uma parceria educativa com a FEUC (Fundação Educacional Unificada Campograndense) e promove a segunda edição do Curso dentro do programa de extensão da Faculdade. “Seria de grande valia aumentar o tempo do curso, isso aumentaria também o potencial dos alunos e os avanços na discussão de cada tema”, avaliava o aluno Alex Sandro de Oliveira já ao final da primeira edição.

As aulas acontecem nos meses de setembro e outubro, e as inscrições já podem ser feitas na FEUC até 11/09. A turma será fechada entre 20 a 40 vagas. O objetivo agora é intensificar as discussões e atividades propostas, aprofundando com um tempo maior os conceitos relativos aos temas, e contribuindo cada vez mais para a articulação entre os grupos e movimentos populares na perspectiva do desenvolvimento local. “É uma ferramenta importantíssima no processo de emancipação popular. As informações são de fácil entendimento, as exposições são num clima de amizade acolhedora. Penso que o curso atinge seu objetivo quando dentro das diversidades dos participantes consegue o empoderamento popular”, afirma a aluna do primeiro curso, Elisabete Souza.

A socioeconomia solidária cresce...

Acontecendo desde julho, a segunda edição das *Oficinas de Apoio a Iniciativas da Economia Popular* vem

correspondendo expectativas e surpreendendo pela qualidade dos trabalhos trazidos dos grupos de produção. “Os grupos participantes deste ano chegaram com trabalhos e produções mais consistentes, mas os problemas de comercialização e da gestão participativa ainda são os principais desafios”

constatam os coordenadores do curso.



Entre os empreendedores que participam desta turma estão o Martesã, de Ilha de Guaratiba, que produz bolsas, porta-lápis e outros acessórios com materiais de borracha; o Vida em Arte, de Santa Cruz, que confecciona sabonetes e caixas em decoupage; e o Maizo, de Sepetiba, criador de artesanato em fibra de bananeira. “Nosso objetivo é que essa turma seja um novo grupo articulado, realizando trocas de informações e produtos entre eles”, afirmam os educadores.

E a articulação se fortalece.

O Grupo de Articulação da Zona Oeste do Rio de Janeiro nasceu em 2006, tendo como motivação a preparação do movimento da Economia Solidária do Estado para a 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em Brasília, entre os dias 26 e 29 de junho do ano passado. Este Grupo faz parte de uma das frentes de trabalho que o PACS vem investindo na região. O objetivo principal é o de aglutinar forças no sentido de fortalecer as várias iniciativas locais em torno da proposta da Socioeconomia Solidária.

Essas iniciativas locais são compostas por grupos de produção, entidades de assessoria, associações de moradores, cooperativas, iniciativas familiares, sindicatos, escolas, igrejas, pré-vestibulares para negros e carentes, e gestores públicos. O Grupo reúne-se a todo o primeiro sábado do mês na FEUC.



Um passo importante dado pelo Grupo caminha na busca de espaços para a comercialização, tendo em vista que um dos maiores desafios enfrentados pelos grupos de produção é a dificuldade de encontrar locais para o escoamento da produção, visando a sustentabilidade. A idéia de focar o tema da comercialização está em consonância com as propostas discutidas tanto pelo FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária), como também pelo FCP/RJ (Fórum do Cooperativismo Popular do Estado do Rio de Janeiro) que está em plena preparação para o III Festival da Economia Solidária e Agricultura Familiar do Estado, a acontecer do dia 30/11 a 02/12, em Angra dos Reis.

O PACS neste processo vem contribuindo tanto no que diz respeito à articulação, animação e informação para o Grupo quanto no processo de formação. O trabalho tem sido possível graças à participação dos grupos de produção e a parcerias importantes, com destaque ao NEURB (Núcleo de Estudos Urbanos) e a AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa).

A próxima reunião será no dia 01 de setembro, das 9h às 13h na FEUC (Estrada da Caroba/685, Campo Grande).